FLORES, Valdir. *Linguística e Psicanálise: Princípios de uma Semântica da Enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 251 p.

Resenhado por Marlene Teixeira¹

Nesses quase 100 anos, desde sua publicação, o *Curso de Linguística Geral* (CLG), obra pela qual a linguística se inscreve no campo da ciência, não cessou de produzir efeitos. Diferentes roteiros epistemológicos têm sido escritos pelos lingüistas para tentar explicar os enigmas de Saussure.

Os primeiros passos da nova ciência deram-se sob o reinado quase absoluto do sistema. À linguística cabia reconhecer e explorar seu domínio próprio. O formalismo dos pós-saussurianos foi importante para o entendimento dos princípios internos que regem a língua, mas seu exacerbamento acabou por fazer da linguística uma disciplina estéril, “falaciosa e inútil”, nas palavras de Pêcheux², “entediante”, no dizer de Milner³.

Passada a fase de deslumbramento com a maquinaria estruturalista, a linguística sai em busca de alianças teóricas capazes de preencher complementarmente o vazio deixado pelo enclausuramento da língua num sistema que só conhece sua ordem própria. De um lado, alia-se a uma conexão entre a biologia, a psicologia experimental, a Inteligência Artificial e as ciências de processamento da informação, incorporando-se ao “setor de Ciências da Vida”. De outro lado, situa-se no espaço das sociologias, dedicando-se ao estudo dos aspectos lingüísticos do “tecido social” (Pêcheux, 1982).

É de se perguntar como ficam as condições de autonomia epistemológica da linguística quando a investigação mergulha em questões de biologia, de lógica, de psicologia, de sociologia. Ou ainda: entre uma linguística do cérebro e uma linguística social, o que é do *próprio* da língua?

Essas rápidas considerações foram feitas para situar o contexto em que se iserem as reflexões de Valdir Flores em *Linguística e Psicanálise: Princípios de uma Semântica da Enunciação* (1999). É no conjunto dos trabalhos que tematizam a relação da linguística com a sua exterioridade que sua abordagem se coloca. É aos autores que pensam a exterioridade “com Saussure”⁴ que ele se filia.

A obra é dividida em dois grandes blocos. O primeiro faz eco aos estudos que buscam pensar os princípios que tornam possível um domínio de saber, isto é, são os fundamentos epistemológicos da linguística que centralizam sua preocupação. O segundo, mais específico, sugere uma semântica do sujeito na língua. Entre ambos, o leitor encontra uma reflexão vertical, sustentada em vasta bibliografia, que transita com desenvoltura não só pela linguística, mas por aspectos da psicanálise e da filosofia, relativos à questão da linguagem.

O recurso a referências amplas e diversificadas, quando não bem administrado, pode derivar em simples justaposição teórica. V. Flores não se enquadra nesse caso, pois revela domínio, originalidade e perspicácia no manejo da intrincada rede conceitual que traz à tona. Outra impressão a ser desfeita é a de que se possa estar diante de obra complexa, destinada a poucos. O texto do autor, se, de um lado, não autoriza a desatenção do leitor, por pressupor o entrelaçamento de todas as noções focalizadas, de outro lado, facilita o contato, já que fornece previamente o roteiro a seguir e não avança sem antes retomar o caminho já feito.

V. Flores começa por mostrar que a linguística saussuriana, enquanto um saber que se quer científico, não escapa das dificuldades inerentes à prática que as ciências têm de delimitar seu objeto de estudo, com base no ideal de completude/totalidade da ciência. Esse ideal de ciência refrata-se em um modelo de ciência ideal, segundo o qual determinadas questões são eleitas para integrar um escopo disciplinar, pela exclusão de outras, entendidas como “comprometedoras” da regularidade do conjunto. A hipótese do autor é a de que os elementos deixados na exterioridade do objeto delimitado a ele retornam, pois só ali têm existência.

A partir de uma volta à tradição, mais precisamente, à obra de Saussure, incluindo-se *Os Anagramas* e o *CLG*, V. Flores pergunta à linguística pela sua imanência. A discussão que daí decorre faz aparecer a impossibilidade de o objeto eleito pela linguística circunscrever-se ao estrito domínio do Um (da totalidade), pois *isso* que é da ordem do Não-Um tem existência lingüística, e, sem cessar, insiste na estrutura, demandando explicação. Sendo assim, o exterior não está fora, mas constitui o objeto *língua*. É, pois, desnecessário instituir duas linguísticas. A mesma linguística, articulada a um domínio teórico exterior, pode dar conta da intervenção, na língua, daquilo que a *excede*. É preciso dizer que postular a articulação da linguística a um outro campo não significa, na ótica do autor, fazer retornar o fantasma da completude da ciência, pela restituição do que falta à linguística recorrendo-se a um saber

¹ Professora de língua e linguística no Centro de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) / RS.

² Sur la (dé-)construction des théories linguistiques. D.R.L.A.V. (27): 1-24, 1982.

³ *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

⁴ A expressão é de Pêcheux (1982).

complementar. Trata-se, isso sim, de pensar na afetação de um discurso por outro, configurando o avanço teórico de um campo em função de sua exposição ao saber do outro, de modo semelhante ao que propõem Authier-Revuz (1982, 1995)⁵ e Nina Leite (1994)⁶.

Para abordar a relação língua/ exterioridade, V. Flores convoca quatro perspectivas que questionam a interioridade da lingüística: (1) a teoria bakhtiniana do dialogismo; (2) a análise do problema do *indizível* em Wittgenstein; (3) as formulações sobre o discurso enquanto processo histórico, empreendidas pela Análise do Discurso de orientação pêcheutiana (AD); (4) o conceito de *Lalangue*, desenvolvido por Milner a partir da psicanálise lacaniana. A ampla incursão teórica se justifica, pois todas essas abordagens dizem algo sobre o ponto de transbordamento da lingüística e é a partir de sua discussão que o autor pode pensar um conceito de estrutura lingüística que suporte a exterioridade. No final desse percurso, prevalece a simpatia pela teoria bakhtiniana, o desconforto com o encerramento marxista da AD⁷ e com a rigidez da filosofia de Wittgenstein, e a psicanálise é apresentada como sendo capaz de possibilitar a formulação de uma teoria lingüística da enunciação do sujeito. Se a psicanálise é convocada, a análise dos fenômenos lingüísticos terá que operar com uma noção de língua que suporte o Real do não sistemático.

V. Flores não faz uma incursão na obra de Lacan no sentido de retirar os conceitos de que necessita para levar a efeito sua proposição. Seu apelo à psicanálise centraliza-se na noção lacaniana de *Lalangue*, referida, com base em Milner, à ordem do desejo, do Real que irrompe no Simbólico. O conceito de *Lalangue* permite dizer que a língua, enquanto todo, suporta uma impossibilidade que não está fora da estrutura, mas lhe é constitutiva.

É no sujeito que o autor situa sua reflexão sobre isso que sobra do ato de fundação da lingüística e deixa rastro na estrutura. O ponto de vista defendido por ele, decorrente da articulação entre a teoria da enunciação e a psicanálise, é o de que o sujeito não está fora do campo lingüístico, pois sua existência está ligada à existência da língua. Trata-se de um sujeito que se enuncia na língua, num lugar indeterminado, protegendo-se nela própria da falta que lhe é constitutiva.

Fazer o sujeito voltar ao horizonte da lingüística não como um *excedente* exige um redimensionamento do objeto *língua* para que ele possa suportar a exterioridade que lhe é atribuída. O autor encontra no próprio Saussure uma abertura para pensar que há uma dimensão de não-Todo que é constitutiva do sistema. Essa interpretação decorre de uma leitura da obra de Saussure que, tomando *os Anagramas* e o *CLG* como unidade, permite falar da língua e de seu reverso. Sob tal viés, o anagrama não é um efeito poético, mas uma propriedade da língua, o que implica admitir o deslizamento como inerente à estrutura. Acrescentando a essa interpretação a noção de *Lalangue*, V. Flores formula um conceito diferente de objeto em ciência lingüística, no qual a ruptura pode ser vista como integrando a estrutura. A originalidade de sua abordagem está em permitir reconciliar o que por muito tempo se apresentou como inconciliável: a regularidade e a ruptura. Explico melhor: sem deixar de reconhecer a especificidade de uma disciplina constituída, a lingüística, com um objeto definido, a língua, o autor abre uma via para que se pense a lingüística como uma unidade atravessada por falhas. Com base na articulação entre a teoria da enunciação e a psicanálise, propõe uma forma de estudar a intervenção do sujeito na semântica da língua, sem abrir mão dos princípios saussurianos. O autor não teme afirmar-se estruturalista, à revelia dos preconceitos que essa filiação teórica desperta na atualidade. Cabe destacar que a estrutura em que ele acredita não é aquela dos “ismos”, mas uma regularidade atravessada pelo Real.

O redimensionamento do objeto autoriza a hipótese que abre o segundo bloco de reflexões do autor: as formas sintático-semânticas do discurso indireto (DI), enquanto formas da língua, devem ser estudadas de um ponto de vista que considere a exterioridade da lingüística e isso de uma ótica que situe o sujeito da enunciação. Ou seja: o caso particular do DI - cujo uso pelo falante denuncia a não-onipotência do sujeito sobre a linguagem - é tomado para exemplificar como se dá a relação língua/sujeito, na proposta de V. Flores, a partir do reconhecimento de que o sujeito que fala é ele mesmo um sujeito desejante. A reflexão limita-se às formas canônicas do DI, mas podem ser estendidas para dar conta de um número maior de manifestações lingüísticas. Estão dados os termos para a proposição de uma semântica metaenunciativa da língua.

V. Flores coloca-se um duplo desafio: o de propor a articulação entre a teoria da enunciação e a psicanálise e o de apresentar essa articulação como suficiente para dar conta do DI. Seu objetivo é mostrar que o ato de enunciação traz em si as marcas de um sujeito clivado.

Entre os teóricos da enunciação, Benveniste é o eleito. Dentro do mesmo quadro saussuriano, esse autor tematiza um sujeito da enunciação marcado pelas formas do sistema. A Benveniste, o autor articula a teoria lacaniana de sujeito.

⁵ Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *D.R.L.A.V.* (26): 91-151, 1982; *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et no-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995.

⁶ *Psicanálise e Análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

⁷ Sua leitura não se detém em algumas indicações presentes nos últimos desdobramentos da reflexão de Pêcheux que parecem sinalizar para outra interpretação.

Como não é de um sujeito desejante que Benveniste fala, nem a psicanálise tem a preocupação de descrever formas lingüísticas, a articulação feita pelo autor prevê a reinterpretação das formulações que toma dos dois autores.

O modo como a psicanálise é chamada a intervir já referi acima. No que diz respeito à enunciação, V. Flores contrapõe-se à leitura transcendentalista da teoria benvenistiana da subjetividade, problematizando a interpretação, já em vias de cristalização, de que esse autor seja tributário de uma visão psicologista do sujeito. Seus argumentos vão no sentido de mostrar que: (1) a subjetividade de que fala Benveniste é antes de tudo intersubjetividade; (2) a intersubjetividade, vista como relação, precede (logicamente) a subjetividade, atualizada temporalmente; (3) a enunciação é o que possibilita passar da intersubjetividade à subjetividade.

É na noção benvenistiana de delocutividade que o autor busca elementos para operacionalizar, no DI, sua proposta. Os verbos delocutivos constituem uma classe de palavras que existem devido à derivação a partir de outra enunciação. Na descrição do DI, V. Flores diz que não há como recuperá-lo, porque seu proferimento é sempre intermediado por um Real que é da ordem do desejo. Por outro lado, lembra que o discurso citado já foi uma enunciação de um sujeito em outras circunstâncias. Desse modo, a estrutura do DI é uma enunciação sobre outra enunciação, o que justifica a aproximação com o fenômeno da delocutividade. Essa outra enunciação se apresenta através de um verbo *dicendi* que a ressignifica. O autor sugere então que o DI seja visto como uma estrutura na qual estão dialeticamente relacionadas regularidades e rupturas. A regularidade é dada pela definição lexicográfica do verbo *dicendi*; a ruptura está no deslocamento delocutivo de um Se1 (significante do verbo *dicendi*) com um So1 (sentido convencional) para um Se2 (significante deslocado) com um So2 (sentido deslocado). O sujeito desejante advém da substituição de Se1 por Se2, ou seja, é nesse deslocamento que, na proposta do autor, irrompe o Real da língua.

Em suma, a descrição proposta por V. Flores aponta para a existência de um mecanismo no DI, pelo menos em suas formas canônicas, que corrompe a lógica regular da língua, mas que a ela se articula. A meu ver, a análise feita está em consonância com a perspectiva teórica defendida pelo autor, vindo a corroborar a idéia de que a língua deve ser abordada de um ponto de vista que contemple a dialética estrutural da regularidade e da ruptura.

A análise do DI vem demonstrar que a regularidade comporta constitutivamente deslizamentos, o que impõe a necessidade de repensar – de um outro modo – o estatuto dos fatos lingüísticos. Se o conceito de estrutura passa a incluir o sujeito, definido como um sujeito desejante, inclui também o Real que excede a nomeação e que insiste na língua.

Operar na fronteira de duas disciplinas, de modo a construir problemáticas que proporcionem uma interlocução entre ambas, favorece a renovação e a ampliação dos dois campos disciplinares. O resultado do trabalho de V. Flores é bastante promissor nesse sentido.

Para a lingüística, a articulação com a psicanálise tem implicações sobre sua epistemologia, pois leva a redefinir seu objeto para comportar os deslizamentos que lhe são inerentes. O resultado é o alargamento do escopo da semântica para dar conta da intervenção do sujeito, enquanto dotado de inconsciente, na constituição do sentido. Para a psicanálise, a aproximação com a lingüística – especialmente com a lingüística da enunciação – talvez possa levar a ampliar o entendimento do trabalho clínico, pela compreensão mais acurada da presença do sujeito na língua.

Além disso, pela reconfiguração de seu objeto e de seu método, na direção indicada por V. Flores, a lingüística encontra meios de escapar do “tédio” imanentista, sem cair no outro extremo, ou seja, sem ter que promover a dissolução de seu objeto no domínio bio-psico-social.

Suas considerações afetam também o alcance da exterioridade na abordagem do discurso que se faz pela inscrição no campo da lingüística estrutural. Se aquilo que a lingüística clássica toma como exterior a seu objeto passa a ser visto como integrando-o constitutivamente, a exterioridade não está além do objeto, mas pertence a ele, sendo na e pela língua que se pode tocá-la.

As observações que aqui fiz dizem muito pouco de obra tão abrangente. De fato, não há como cercar a amplitude de aspectos que o trabalho de V. Flores contempla. Além de revelar profundo conhecimento da lingüística estrutural e das teorias da enunciação – por isso, é capaz de reinterpretá-las com tal propriedade e lucidez – o autor percorre com desembaraço as teorias exteriores à lingüística que convoca para aprofundar seu estudo. Fico contente se minhas palavras forem tomadas como um convite para ingressar no complexo universo das reflexões contidas nesse livro.